

**POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E ACORDOS
INTERNACIONAIS NA ÁREA DE ENERGIA (1990-2016):
MAPEANDO PARCEIROS E SETORES ENVOLVIDOS**

Brenda Passos dos Santos
Henry Iure de Paiva Silva

Universidade Federal da Paraíba

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar análise dos acordos e demais atos internacionais firmados pelo Brasil na área de energia, num período que compreende os governos Fernando Collor, Itamar Franco, Fernando Henrique, Lula e Dilma Rousseff (1990 a 2016). Nesse sentido, em primeiro lugar, são identificados os parceiros (países e organizações internacionais) com os quais cada um dos governos estabeleceu tais atos. Num segundo momento, são verificados quais recursos/fontes estiveram envolvidos nas iniciativas bilaterais e multilaterais avaliadas. Com isso, é possível caracterizar de que forma os diferentes governos brasileiros promoveram a ampliação da cooperação energética.

Palavras-chave: segurança energética; cooperação intergovernamental; acordos internacionais; política externa; Brasil.

ABSTRACT

This article aims to present an analysis of the agreements and other international acts signed by Brazil in the area of energy, in a period that includes the governments of Fernando Collor, Itamar Franco, Fernando Henrique, Lula and Dilma Rousseff (1990 to 2016). In this sense, first, the partners (countries and international organizations) with whom each of the governments has established such acts are identified. Second, it is verified which resources/sources have been involved in the bilateral and multilateral initiatives evaluated. With this, it is possible to characterize how the different Brazilian governments promoted the expansion of energy cooperation.

Keywords: energy security; intergovernmental cooperation; international agreements; foreign policy; Brazil.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil, assim como outros Estados e também Organizações Internacionais, confronta-se reiteradamente com a necessidade de preservar ou incrementar sua segurança energética. A segurança energética é considerada um assunto estratégico nas mais distintas esferas de governança, a qual está relacionada a um conjunto variado de iniciativas dirigidas a assegurar o fluxo contínuo e adequado de energia que possibilite a manutenção e o desenvolvimento sustentável de uma localidade, país, região ou do planeta como um todo. Os desafios envolvem todo o processo que perpassa a cadeia energética, desde a extração, produção, distribuição até a disposição final do consumo de energia (cf. PAIVA, 2015; SANTOS, 2015; FOGUEL, PAIVA, MEDEIROS, 2014).

Com efeito, o acesso à energia torna-se uma matéria central e pertinente das economias nacionais e agências internacionais, pois, representa, entre outros aspectos, um notável fator estratégico na criação de acordos e demais atos bilaterais e multilaterais entre os atores no cenário internacional. Em geral, busca-se promover interesse mútuo das partes, que garantam a sobrevivência e o desenvolvimento humano e natural em distintas unidades de governança, desde o nível local ao global. As demandas nesse sentido envolvem questões de ordem política, militar, tecnológica, econômica, social, ambiental, dentre outras, as quais exigem, em certos casos, ações cooperativas de amplitude internacional (cf. CASTRO, ROSENAL, 2016; CORRELJE, LINDE, 2006).

Não obstante a relevância das iniciativas domésticas em matéria de segurança energética, o presente artigo apresenta análise sobre os acordos e demais atos internacionais firmados pelos governos brasileiros desde a presidência de Collor de Mello até Dilma Rousseff (1990 a 2016). A intenção maior é de examinar os parceiros e as fontes/recursos energéticos envolvidos em tais atos, ao longo dos diferentes governos, de modo a caracterizar a atuação de cada um deles.

De acordo com dados coletados no site do Departamento de Atos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (DAI-MRE), obtidas na plataforma “Concordia Itamaraty”, verificou-se que foram assinadas centenas de atos que envolvem direta ou indiretamente a área de energia nos governos dos presidentes Fernando Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994), Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016). O número considerável de iniciativas internacionais encontradas na referida base de dados indica a relevância da matéria e a pertinência de um exame mais profícuo das mesmas,

visando compreender melhor suas nuances.

O texto conta com mais três partes além dessa introdução. Na próxima seção são analisados os parceiros com os quais cada governo estabeleceu acordos. Na terceira parte examina-se os recursos/fontes prioritárias que prevaleceram nos atos firmados nos diferentes governos. Na última parte, são apresentadas algumas conclusões que derivam dos estudos feitos nas seções anteriores, sem prejuízo de outras que foram evidenciadas e estão dispostas ao longo de todo o texto.

2. ATOS FIRMADOS E PARCEIROS ENVOLVIDOS

Para os dados coletados na plataforma “Concordia Itamaraty” do Ministério das Relações Exteriores (DAI-MRE), foi utilizada a palavra-chave “energia” como parâmetro de busca, durante os anos de 1990 a 2016, e resultaram em 494 (quatrocentos e noventa e quatro) atos de caráter bilateral e/ou multilateral firmados pelo Brasil com parceiros internacionais¹. O grau de relevância da temática energética nos acordos varia, sendo por vezes tema principal ou tema secundário da agenda de colaboração entre os países envolvidos. Esses atos, por sua vez, variam entre os que ainda estão vigentes, não vigentes e em tramitação. Em geral, as iniciativas encontradas envolveram tratados, acordos, protocolos de intenções, ajustes, declarações conjuntas, comunicados, programas, memorandos de entendimento ou convênios².

Dentre os 494 atos identificados, a quantidade daqueles assinados durante o período total de cada governo apresenta a seguinte disposição:

- a) 47 em três anos do governo Collor de Mello (1990-1992);
- b) 22 nos dois anos do governo Itamar Franco (1992-1994);
- c) 61 em oito anos do governo FHC (1995-2002);
- d) 292 nos oito anos do governo Lula (2003-2010);
- e) 72 nos seis anos do Governo Dilma (2011-2016).

1 Os dados apresentados sobre a quantidade de atos firmados pelo Brasil ao longo deste texto podem não ser conclusivos. Toda a pesquisa aqui demonstrada limita-se a esboçar um panorama da cooperação brasileira em matéria de energia a partir das informações concedidas pelas plataformas de acesso dos atos internacionais do governo brasileiro.

2 Em virtude da limitação de páginas deste trabalho, não será possível descrever o significado preciso de cada tipo de ato. É possível encontrar uma definição no sítio internet do governo federal, no seguinte endereço: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2012/05/atos-internacionais>>. Ao longo deste presente estudo serão utilizados como denominações gerais atos, acordos e tratados, como forma de se referir ao compromisso firmado pelo Brasil com outros parceiros (países ou organizações internacionais).

Ao examinar as parcelas ao que tange a atuação individual de cada governo, em termos relativos e absolutos, observa-se claramente uma maior profusão de iniciativas durante os mandatos consecutivos do governo Lula que, sozinho, representou aproximadamente 60% de todos os ajustes internacionais envolvendo energia durante os anos de 1990-2016. No que se refere a quantidade total de tratados firmados, aquele governo é seguido, em ordem decrescente, por Dilma Rousseff, Fernando Henrique, Collor de Mello e Itamar Franco. Em termos proporcionais, considerando quantidade de atos firmados e anos de governo (atos firmados/período no poder), em primeiro lugar tem-se, novamente, o mandato do presidente Lula em primeiro lugar. Em seguida, em ordem decrescente, fica da seguinte forma: Fernando Collor, Dilma Rousseff, Itamar Franco e, por fim, Fernando Henrique Cardoso. Verifica-se que o quadro se altera quando se leva em consideração a relação atos firmados/anos no poder, quando comparado com a quantidade total de atos firmados por cada governo, com destaque para a ascensão de Collor de Mello e caída de FHC.

O gráfico abaixo retrata de modo sintético como foi a trajetória individual das ações dos governos presidenciais em análise, em cada ano do mandato.

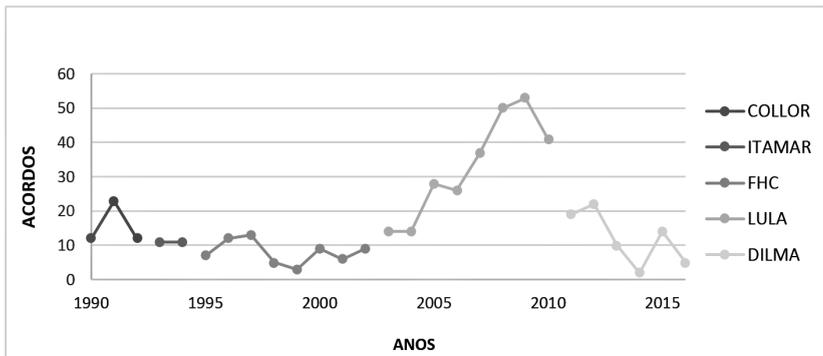


Gráfico 1 - Acordos sobre a energia por governo (1990-2016)

Sobre a atuação de cada governo, torna-se possível detalhar a performance específica dos mesmos e caracterizar melhor as parcerias estabelecidas em cada período.

A trajetória do governo Collor (1990-1992) indica que foram doze acordos assinados em 1990, vinte e três em 1991, e doze em 1992, todos exclusivamente bilaterais. Ao todo foram contabilizados vinte e três parceiros, entre países e organizações internacionais, dos continentes americano, europeu e africano. Desse quadro geral, desta-

cam-se os atos estabelecidos com parceiros do continente americano, os quais representaram 62%, sendo que 57% do total foram parceiros da América Latina (27/47). Em relação aos principais parceiros, tem-se o protagonismo das relações Brasil-Argentina (9 acordos), acompanhadas de Bolívia (6 acordos) e Uruguai (4 acordos). Esses números apontam para o importante papel que o entorno sul-americano teve nos acordos firmados durante o governo Collor.

Os breves dois anos de governo Itamar Franco (1993-1994), assumidos pós-processo de impeachment do então presidente Collor, ensejaram a abertura de tratativas com os países asiáticos, o que não acontecera no governo anterior. Ainda assim, observa-se a continuidade do maior direcionamento das ações do governo brasileiro para com países da região subcontinental, tendo quase 60% dos atos firmados com o seu entorno latino-americano (13/22). Ademais, 6 acordos foram firmados com países europeus (27%) e 4 acordos firmados com países asiáticos (18%). Os principais parceiros durante o período de Itamar Franco foram: Bolívia com 4 tratados, seguido por Paraguai, Argentina e China, contemplando 3 cada. Da mesma forma que o anterior, nesse período registrou-se apenas atos bilaterais. Contudo, é único mandato presidencial, dentre todos analisados, em que não houve acordo mediado com alguma organização internacional, seja de caráter governamental ou não governamental, prevalecendo exclusivamente países como parceiros.

Durante o período em que o país esteve sob o comando de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), foram estabelecidos 61 (sessenta e um) atos que envolviam energia. Dentre esses, 26,63% foram firmados com países americanos, 10,24% com países europeus, e 1,3% firmados com países africanos e asiáticos cada. Os principais parceiros do referido governo foram a Argentina com 9 acordos firmados, Bolívia com 5 acordos e a Alemanha representando 4 acordos. Diferentemente do governo anterior de Itamar Franco, durante o mandato de FHC voltaram a ser estabelecidos acordos com organizações internacionais, ainda que a energia não figurasse como tema principal, com destaque para as tratativas estabelecidas com a Organização dos Estados Americanos e a Comunidade Europeia. Verifica-se ainda, a retomada do protagonismo da Argentina, o que não ocorreu no governo Itamar Franco, bem como a permanência da Bolívia na condição de parceiro prioritário durante os três primeiros mandatos analisados (1990-1998).

Durante os dois mandatos consecutivos do Governo Lula (2003-2010) nota-se uma maior diversidade de atores e regiões envolvidas. No entanto, ainda persiste uma maior orientação à diplomacia com os países da América do Sul, com destaque para a ascensão da América Central e presença da América do Norte, todos esses representando mais da metade dos acordos firmados durante o período em análise. O

governo Lula consagra-se como o primeiro governo da história do Brasil a estabelecer relações de caráter energético com países de todos os continentes. Em termos gerais, foram firmados 32 acordos com países europeus, 23 com países asiáticos, 22 atos com países africanos e 1 com a Austrália, único país da Oceania. Novamente, os principais parceiros energéticos foram a Argentina (17 atos), mas agora seguido pela Alemanha (10 atos), o Paraguai (8 atos), China e Uruguai (7 atos cada), desbancado um pouco o protagonismo da Bolívia (4 atos) até então verificado.

Por fim, o Brasil durante o governo Dilma Rousseff (2011-2016), comparativamente, foi o que menos estabeleceu acordos com países do seu entorno regional. Computou-se que dos 72 acordos totais firmados em 6 anos de governo, foram realizados 24 com países da América, sendo 13 acordos com países da América do Sul, seguido por 19 acordos com países da Europa. Dentre os principais parceiros observados, pela primeira vez surge como principal parceiro a Alemanha (9 atos), que já se destacava em governos anteriores. Há dois países que figuram como segundo principal parceiro, sendo um deles a costumeira Argentina (6 atos) e o outro a Rússia (6 atos), esta uma novidade em comparação aos períodos anteriores.

No geral, os parceiros com os quais o Brasil estabeleceu o maior número de tratados internacionais durante o período de 1990 a 2016 foram os seguintes: Argentina (43 acordos); Alemanha (26 acordos); Bolívia (19 acordos); Paraguai (15 acordos); Uruguai (14 acordos); China (14 acordos); Rússia (13 acordos). O gráfico abaixo representa a distribuição de acordos firmados com esses principais parceiros em cada período de governo, demonstrando como foi a variação de um para outro.

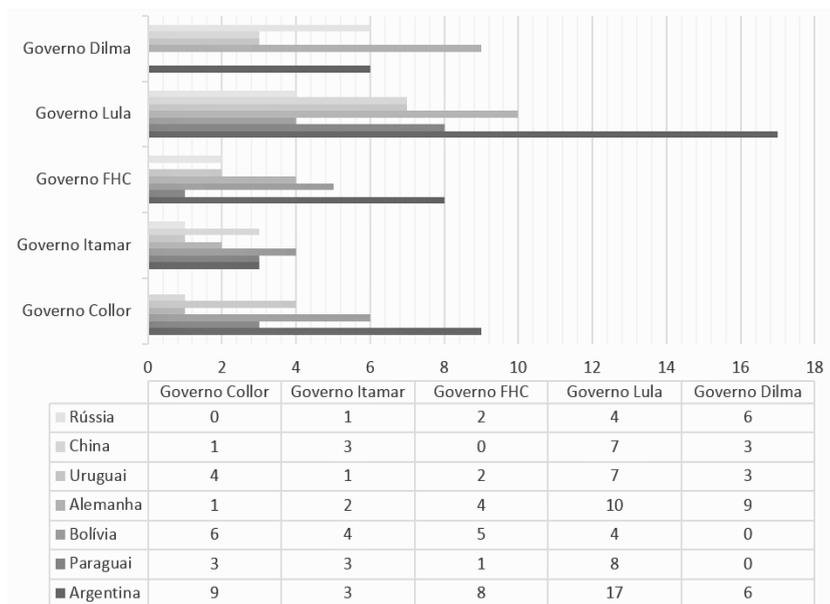


Gráfico 2 - Principais parceiros energéticos

Na próxima seção serão analisados outros aspectos referentes aos atos firmados pelo Brasil em matéria de energia desde 1990 a 2016.

3. ATOS FIRMADOS E RECURSOS/FONTES ENVOLVIDAS

A segurança energética, ao longo dos diferentes governos, sempre foi uma questão fundamental na política externa e, por conseguinte, atuou sempre como pauta de agendas que fomentassem os interesses nacionais para a culminação do desenvolvimento doméstico, intimamente ligado ao setor energético. Desde a descoberta e a disseminação dos combustíveis fósseis como fontes de energia até o período vigente de transição para o uso de políticas alternativas, em vista dos novos desafios para a manutenção da segurança energética, foram diversos os recursos e tecnologias utilizadas para a produção e a preservação da energia (BASSO, 2018).

Entender, à princípio, como cada governo privilegiou determinado recurso energético é também compreender, dentro de um quadro de análise mais amplo, as necessidades nacionais na matéria em questão em função da época examinada – bem como os seus dilemas subjacentes. Além disso, pode ensejar a caracterização do perfil de comportamento de cada governo na formulação dos seus tratados,

via relações bilaterais e multilaterais, evidenciando as preferências e os desígnios por trás de cada gestão analisada.

Nesses termos, a preocupação da política externa nacional em matéria de energia, por vezes inclinou-se para o uso pacífico da energia nuclear, como predominou durante a gestão Collor no início dos anos 90, quanto tendeu a adequar-se aos novos modelos que se pretendiam “sustentáveis”. Por outro lado, tem-se a sinalização no implemento da bioenergia na matriz energética, além de outras fontes alternativas e renováveis, como característico dos governos Lula e Dilma. A análise específica e direcionada de cada gestão presidencial, ao que concerne aos recursos ou fontes energéticas priorizadas, pode indicar assim o panorama político, estratégico e energético adotado pelo Brasil em cada período vigente.

Segundo dados levantados na plataforma “Concordia Itamaraty”, o governo Collor (1990-1992) teve como principal destaque os 13 atos internacionais em que prevalece o interesse pela cooperação científica e técnica em matéria nuclear. Em seguida, desponta como principal recurso as energias fósseis, com 8 atos envolvendo o estritamente relações em torno do petróleo, hidrocarbonetos e do gás natural. Logo depois, têm-se os recursos hídricos e hidrelétricos com 7 atos estabelecidos, e 6 atos em que se menciona especificamente a energia elétrica. Por fim, vale ressaltar os 4 atos em que se mencionam fontes renováveis e alternativas de energia, no entanto sem especificar propriamente quais seriam.

O breve governo Itamar Franco (1993-1994), similarmente ao governo anterior, desenvolveu iniciativas que seguia a mesma tendência de priorizar a energia nuclear, desta feita com 6 acordos, enfatizando o uso pacífico de tal recurso. Em segundo lugar, estão novamente os combustíveis fósseis, mencionados em 6 acordos que citavam hidrocarbonetos, gás natural e/ou petróleo como objeto principal. Mais uma vez permanece o mesmo quadro do governo anterior, quando se verifica a relevância da cooperação no campo da hidroeletricidade (5 acordos) e a energia elétrica em geral (4 acordos). Por fim, aparecem igualmente 3 acordos em que se menciona o interesse por energias renováveis, entre elas a biomassa, energia solar e a energia eólica. No mandato de Itamar Franco as fontes renováveis são especificadas, diferentemente do que aconteceu governo Collor.

Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) adotou, em termos gerais, uma agenda energética em tratados internacionais nos mesmos moldes dos governos que o precederam, embora tenha havido uma inversão nas prioridades. Diferente dos outros dois governos, durante o mandato de FHC direcionou-se um maior envolvimento em prol de iniciativas que priorizassem a exploração de recursos fósseis, tais como petróleo e o gás natural, prevista em 16 dos atos firmados. Em

seguida, vem a desbancada e preterida energia nuclear, que representou 8 dos acordos totais firmados à época. Na terceira colocação, permanece, as iniciativas voltadas para a energia elétrica e hidrelétrica, com 6 atos cada. O destaque negativo do governo FHC consiste na aparente baixa relevância dada às fontes alternativos e/ou renováveis, isso porque em 8 anos de governo, comprometeu-se em apenas 2 acordos como matéria central de cooperação.

O período que compreendeu o governo Lula (2003-2010) representou o íterim de maior dinamismo nos interesses energéticos brasileiros nos atos internacionais estabelecidos, significativamente mais abundante em diversidade de recursos do que os demais. Nesse caso, verificou-se um expressivo aumento de atos intimamente ligados às fontes de energias renováveis durante esse governo. Foram citados em 86 acordos o interesse por iniciativas que envolviam energia derivada da biomassa, biodiesel, ou dos biocombustíveis/bioenergia. A menção específica ao termo “energia renovável” foi listada em 45 acordos, além de outros 9 especificarem a utilização da energia eólica e outros 6 da energia solar. A energia elétrica também aparece como recurso estratégico relevante na agenda, ressaltada em 40 atos. Em seguida, vêm os combustíveis fósseis, sendo 23 atos com interesse pela cooperação na área do petróleo, mais 19 atos pela cooperação na área do gás natural, e ainda 13 especificamente citam a área dos hidrocarbonetos. Por fim, tem-se a ocorrência da energia nuclear em 22 atos e a referência às hidrelétricas em 21 atos totais.

O governo Dilma Rousseff (2011-2016), no âmbito dos acordos energéticos internacionais visando o desenvolvimento estratégico, igualmente privilegiou atos pertinentes às energias alternativas renováveis. Dentre esses atos, os biocombustíveis, energia eólica e energia solar foram juntos objeto de menção em 37 acordos. Em seguida, a energia nuclear retomou sua posição como matéria de grande influência na agenda brasileira, com registro de 14 atos. Em seguida, surge novamente a área da energia elétrica em 12 atos, e a área da energia hidrelétrica ou dos recursos hídricos em 6 atos. Por fim, a utilização dos hidrocarbonetos em geral foi visada em 7 dos acordos totais.

O gráfico abaixo permite uma breve demonstração dos recursos energéticos privilegiados, no geral, durante a gestão dos cinco governos examinados.

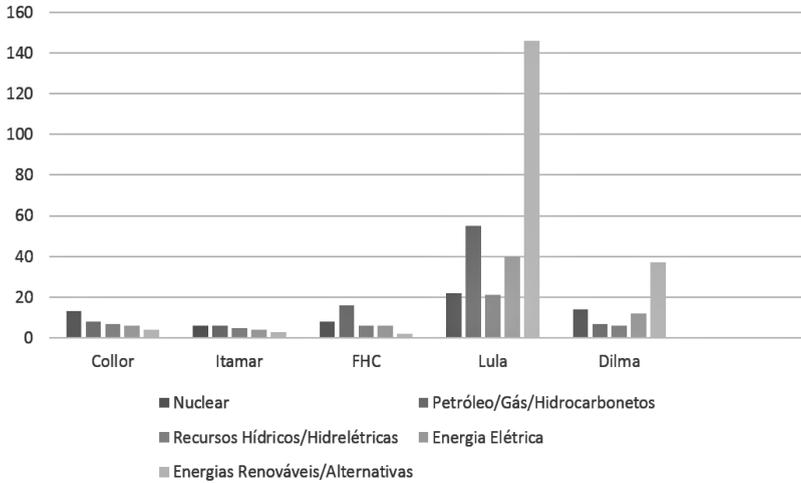


Gráfico 3 - Recursos energéticos por governo

Uma questão latente no gráfico acima é a elevada importância que as energias renováveis adquiriram na agenda internacional brasileira com o passar dos anos.

4. CONCLUSÃO

O presente texto apresentou uma síntese analítica sobre a condução da política externa brasileira em matéria de energia desde o governo Fernando Collor de Mello ao governo Dilma Rousseff, período que compreende 27 anos (1990-2016). A análise se manteve concentrada no levantamento dos acordos estabelecidos pelo Brasil com demais países e/ou organizações internacionais, observando os atores e recursos envolvidos. A análise buscou observar tendências ao longo de todo o período examinado, e verificar as peculiaridades de cada um dos governos.

Como resultado, observou-se que a segurança energética parece ter uma considerável relevância durante os governos estudados, desenvolvida a partir de atores e recursos em alguns casos similares e em outros diferentes, caracterizando particularmente cada gestão presidencial. Além disso, foi possível evidenciar, em certa medida, a relação de cada época analisada com uma demanda energética, revelada por meio dos atos internacionais examinados.

A agenda externa nacional nos diferentes governos parece ter nitidamente privilegiado a aproximação do Brasil para com o seu entorno regional, sobretudo parcerias com outras nações sul-americanas em diversos setores, mas que se modificou e se diversificou em diferentes períodos. Desponta como uma importante conclusão uma possível tradição de aproximação diplomática na área entre Brasil e Argentina ao longo dos diferentes governos, além de outras parcerias regionais que ganharam destaque, tais como Bolívia, Uruguai e Paraguai. Outras parcerias foram alvo de contínuas investidas do governo brasileiro, como a Alemanha, principal parceiro do continente europeu, mas também países participantes da cúpula do BRICS, como a Rússia e a China.

Por último, pode-se ressaltar a prevalência de determinados recursos/fontes como principais objetos dos acordos firmados nesse período analisado. Com efeito, durante os governos brasileiros que marcam a década de 90 – Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso –, a chamada época neoliberal, observa-se reiteradamente a preferência por parcerias que dinamizassem relações envolvendo os combustíveis de origem fósseis (petróleo, hidrocarbonetos, gás, etc.) e a utilização da energia nuclear na matriz energética.

As décadas que sucedem o início dos anos 2000 testemunham uma virada, em benefício das energias renováveis com a utilização de arranjos alternativos de energia, mesmo que algumas vezes não especificados. O debate baseado no modelo de produção e consumo sustentável de energia, vinculado a preocupação da mitigação dos efeitos nocivos desse ciclo energético para com o ecossistema, acabam perpassando os rearranjos de interesses políticos nos últimos períodos analisados.

Isso pode significar que a cooperação em segurança energética não visa mais apenas o atendimento da demanda interna por energia, mas também o combate às externalidades negativas derivadas desse setor. Isso sugere ainda a pertinência de se tratar a segurança energética numa perspectiva multidimensional, dada a variedade de objetivos e interesses que a temática desperta.

Espera-se que essas conclusões e demais questões levantadas no presente estudo possam servir sobretudo como ponto de partida para o aprofundamento das análises sobre cooperação internacional na área de segurança energética, e, nesse sentido, consolidar no Brasil uma rede de pesquisadores sobre essa matéria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASSO, Larissa. Editoria Mundorama. The changing picture of energy security. Mundorama - Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais, [Acessado em 14/05/2018]. Disponível em: <<http://www.mundorama.net/?article=the-new-geopolitics-of-energy-by-larissa-basso>>.

CASTRO, Nivalde; ROSENAL, Rubens (Org.). Integração e segurança elétrica na América Latina. Rio de Janeiro: Oficina de Livros, 2016.
CORRELJE, Aad; LINDE, Coby van der. Energy supply security and geopolitics: A European perspective. Energy Policy, n. 34, p. 532–543, 2006.

FOGUEL, J.; PAIVA, A. L. B. E.; MEDEIROS, S. E. Por uma análise das relações entre a Segurança Energética e a Defesa. Revista da Escola de Guerra Naval (Ed. português), v. 20, p. 275, 2015.

PAIVA, Iure. As dimensões militares, ambientais e econômicas da segurança energética: análise a partir dos desafios e oportunidades do Brasil no contexto internacional. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Ciência Política) –Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2015.

SANTOS, L. W. O Processo de Securitização da Energia e suas Condições Facilitadoras. Revista Eletrônica de Direito Internacional, v. 15, p. 1, 2015.

Informações para Autores

Propostas de publicações em consonância com o disposto na missão da Revista Brasileira de Energia (RBE) poderão ser enviadas ao Comitê Editorial para análise, através de link específico existente no site da Sociedade Brasileira de Planejamento Energético (www.sbpe.org.br).

A formatação final para publicação ficará por conta do departamento de diagramação da RBE, porquanto os artigos deverão ser enviados em formatação simples, conforme o disposto a seguir:

- Os trabalhos devem ser editados e enviados em arquivo Word.
- Papel A4, margens 20 mm, fonte Times New Roman tamanho 12, espaçamento simples.
- Figuras com resolução mínima de 300 dpi.
- O nome do autor ou autores, não devem ser abreviados, e as respectivas informações de instituição, endereço, cidade, cep, estado, telefone e e-mail devem ser apresentadas.
- Todos os itens devem ser numerados sequencialmente, exceto Resumo e Abstract. Não usar numeração automática do processador de texto. Serão aceitos no máximo 3 subníveis de numeração, a partir dos quais poderão ser usadas letras como único subnível adicional.
- Títulos de figuras e tabelas, abaixo e acima das mesmas, respectivamente, sem descrição de fonte, a qual deverá ser feita ao longo do texto, muito menos a existência do termo “autoria própria”.
- Referências a trabalhos deverão ser citadas no texto com nome do autor (ou autores) e ano de publicação, entre parêntesis [Ex.: (Autor 1, 1928); (Autor 1 e Autor 2, 1928)]. Na existência de mais de dois autores, escreve-se o nome do primeiro autor seguido da expressão et al. [Ex.: (Autor 1 et al, 1928)].

Referências Bibliográficas:

- Somente deverão ser citados autores ou trabalhos que estejam incluídos na lista de referências bibliográficas, assim como todos os trabalhos listados nas referências bibliográficas deverão ter sido citados no texto.
- Referências a autor(es) deverão ser citadas no texto com nome do autor (ou autores) sucedida do ano de publicação entre parêntesis [Ex.: Autor 1 (1928); Autor 1 e Autor 2(1928)].
- Na existência de mais de dois autores, escreve-se o nome do primeiro autor seguido da expressão et al. [Ex.:Autor 1 et al (1928)].

